



Cavaco Silva diz que sistema judicial não é um «universo fechado»

O Presidente da República elogiou hoje a nova lei de organização e funcionamento dos tribunais e alertou para a necessidade dos operadores se consciencializarem que o sistema judicial não é **«um universo próprio e fechado»**

«De entre as reformas na área da Justiça operadas em 2008, uma merece uma especial referência, pela importância que se reveste na melhoria do sistema geral da administração da Justiça, designadamente, no julgamento mais célere e qualificado dos processos judiciais. Refiro-me à lei de organização e funcionamento da rede dos tribunais judiciais», afirmou o chefe de Estado, Aníbal Cavaco Silva.

Numa intervenção na cerimónia de abertura do Ano Judicial de 2009, que decorreu no Supremo Tribunal de Justiça e que o Presidente da República considerou ser **«um tempo de olhar para o futuro, mas também um momento de balanço»**, Cavaco Silva destacou a nova lei de organização e funcionamento dos tribunais, considerando tratar-se de **«um momento decisivo para a Justiça portuguesa»**.

«Com a criação em vários municípios de juízos especializados nas áreas cíveis, do comércio, da execução e do trabalho, dotados de uma nova gestão administrativa e processual, embora em regime experimental, espera-se que os cidadãos e as empresas passem a obter uma mais rápida resolução dos seus conflitos e uma atempada execução das decisões proferidas», defendeu.

Porque, acrescentou, Portugal precisa de uma Justiça que transmita mais segurança, resolva os problemas de morosidade no julgamento dos processos e garanta um justo acesso dos cidadãos aos tribunais.

No seu discurso, o Presidente da República deixou ainda uma nota para os operadores judiciais, alertando-os para a necessidade de se consciencializarem que **«o sistema judicial não vive à margem da realidade do país, que o mundo dos tribunais não é um universo próprio e fechado»**.

Por isso, acrescentou, há que ter em conta os custos materiais e imateriais associados às deficiências e aos atrasos na realização da Justiça.

«Mesmo compreendendo que a Justiça tem ritmos próprios de concretização, é inquestionável que existem ainda entraves no funcionamento dos tribunais que constituem um dos graves problemas com que o país actualmente se defronta», advertiu.

Neste contexto, importa ter um ordenamento jurídico e um sistema judicial merecedores da confiança dos cidadãos, porque o sistema financeiro só apoiará o investimento se tiver garantias de que a Justiça protegerá os seus créditos, caso seja necessário, ao mesmo tempo que os empresários têm de saber que a Justiça estará **«à altura da sua missão»** se necessitarem dela.

Por outro lado, acrescentou, a actual situação económica e financeira terá também impacto no sistema judicial já que poderá também trazer um aumento de litigiosidade.

«Para o relançamento da economia, para o combate a novas e mais violentas formas de criminalidade, a Justiça tem de ser capaz de fornecer uma resposta eficaz, adequada e em tempo oportuno», enfatizou.

Além disso, continuou, 2009 será também um tempo em que **«vamos todos necessitar uns**

dos outros», nomeadamente no sector da Justiça os diversos protagonistas **«irão também necessitar muito uns dos outros»**.

«Tenho esperança que os agentes políticos, dum lado, e os operadores judiciários, do outro, saberão estar à altura dos grandes desafios de 2009 e os anos seguintes colocam ao nosso país. Aquilo que está em causa, o futuro das gerações vindouras, é demasiado importante para nos dividirmos em controvérsias que pouco dizem ao comum dos portugueses», sublinhou.

No seu discurso, o Presidente da República deixou ainda uma **«palavra de apreço»** aos magistrados, assegurando estar consciente das dificuldades que enfrentam todos os dias, nomeadamente quando lidam com os milhares de processos que todos os anos chegam aos tribunais.

«É justamente por isso que insisto na necessidade de uma cultura judiciária de responsabilidade. Se a confiança dos cidadãos é essencial em todos os momentos, ela torna-se dramaticamente necessária quando atravessamos tempos difíceis», acrescentou ainda Cavaco Silva.

Lusa/SOL - 27.01.2009